

# Relações de Poder e o Docente-Pesquisador frente à Estrutura e as Estratégias Organizacionais na Universidade Pública

## Power Relations and Teacher-Researcher front of Structure and Organizational Strategies in the Public University

Pedro Henrique de Gois<sup>1</sup>, João Marcelo Crubellate<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Brasil, <sup>2</sup>Universidade Estadual de Maringá, UEM, Brasil

Correspondência: Pedro Henrique de Gois, Endereço: Rua Washington Luiz, Centro Histórico CEP.: 90.010-460 Porto Alegre, Brasil. Tel: 55 51 3308-3536. E-mail: pedrodgois@gmail.com

Recebido: 09 de Janeiro de 2014 Aceito: 09 de Dezembro de 2015 Publicado: 01 de Março de 2016

### Resumo

Nosso objetivo principal no presente artigo é apresentar uma análise das relações de poder vivenciadas por pesquisadores-docentes atuantes em duas universidades públicas paranaenses. Admite-se que, nessa perspectiva, seja possível propor uma análise a respeito da estrutura e das estratégias adotadas pelas instituições públicas de ensino superior desvelando traços de conformidade e resistência dos sujeitos ante as políticas de gestão dessas instituições. Concluímos o artigo apresentando considerações sobre as formulações estratégicas e as relações de poder nos espaços analisados, bem como indicando possibilidades para avançar nos estudos sobre o tema.

**Palavras-chave:** Michel Foucault, biólogos, subjetivação.

### Abstract

Our main purpose with this paper is to present an analysis of power relations experienced by researchers-teachers working in two public universities in Paraná (Brazil). It is assumed that, in this perspective, it is possible to propose an analysis about the structure and the strategies adopted by public institutions of higher education revealing traces of compliance and resistance of the subject before the management policies of those institutions. We conclude the paper presenting the formulations strategic considerations and power relations in the spaces analyzed, as well as indicating possibilities for further study on the topic.

**Keywords:** Michel Foucault, biologists, subjectivity.

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Attribution 3.0.

### 1. Apresentação

Para Michel Foucault o poder se distribui no espaço social, extensivamente aqui compreendido também nos diferentes espaços de trabalho, em uma forma específica de relacionamento entre os sujeitos. Enquanto exercício de influência entre os sujeitos, especificamente sobre o governo de suas condutas, todo tempo deve ser explorado na busca por resultado, como efeito do poder exercido (FOUCAULT, 2005). Neste sentido, no âmbito organizacional, aqueles sobre quem se exerce o poder estão sujeitos a uma ação que busca respostas, que visa orientar o esforço do trabalho em favor dos objetivos organizacionais.

No entanto, é importante considerar que sendo inerente ao conceito de relação, o poder na concepção de Foucault (2009a; 2010a) não corresponde à renúncia da liberdade ou ao consenso sobre sua aceitação, mas permanece sempre em duplicidade com a liberdade enquanto possibilidade de ação dos sujeitos. O poder, como exercício de autoridade ou como mecanismo disciplinar, funciona por meio de dispositivos que são confrontados pelos sujeitos, que ora o tomam para si, para em seguida colocá-lo em questionamento ante o impedimento ou à limitação que possam oferecer à sua liberdade. Ao compreender o poder como elemento importante na dinâmica institucional, pela forma que viabiliza a legitimação das práticas adotadas pelos atores, torna-se possível dar foco na problemática concernente ao modo pelo qual as relações ator-estrutura resultam em diferentes níveis de institucionalização dessas práticas (DiMAGGIO; POWELL, 1983) e, nessa medida, ao modo pelo qual espaços institucionalizados refletem relações de poder entre os sujeitos. Neste artigo, as universidades públicas servem como referência institucional de análise, considerando a administração destes espaços e os enfrentamentos entre

docentes e pesquisadores que vivenciam as relações de poder em funcionamento nestes espaços.

As universidades públicas no Brasil, considerando-se o modelo de organização disseminado pelas políticas de Estado até o presente assumem o ensino, a pesquisa e a extensão como dimensões de uma mesma instituição (SCHWARTZMAN; BALBACHEVSKY, 1997). A produção de saberes e as relações de poder nessas instituições, desse modo, são importantes elementos para compreender a capacidade de agência dos sujeitos na construção de realidades socialmente constituídas (MACHADO-DA-SILVA; FONSECA; CRUBELLATE, 2005; NARDI, 2006). A discussão em torno das universidades públicas brasileiras hoje, entretanto, convida a uma reflexão sobre como estas instituições estão estruturadas, bem como em relação às condições proporcionadas para que os profissionais que delas participam desempenhem suas atividades.

Neste sentido, nosso objetivo principal neste artigo é apresentar uma análise das relações de poder vivenciadas por pesquisadores-docentes que atuam em duas IES públicas no Estado do Paraná. A pesquisa buscou compreender os desafios, limites e potencialidades apontados pelos pesquisadores no campo da biologia, os quais foram entrevistados com o interesse de compreender os espaços institucionais em que atuam, dimensionando, a partir de seus discursos e práticas, as relações de poder que se ensaiam nas universidades estudadas. Entre os traços apresentados, nota-se que a relação dos pesquisadores com a universidade enseja problemáticas que vão desde a valorização da liberdade de ação até as restrições estruturais e de financiamento.

Para tanto, o artigo está estruturado em quatro seções. Na sequência, apresentamos o referencial teórico, no qual são caracterizados os conceitos centrais do trabalho, priorizando a definição de Foucault para as relações de poder. No segundo ponto, destacam-se algumas reflexões sobre a administração pública das universidades e os desafios impostos à melhoria qualitativa destes espaços de formação e ampliação de saberes. Na sequência são apresentados os resultados da pesquisa, analisando-se os discursos (VIEIRA, 2006) de profissionais biólogos entrevistados nas universidades estudadas, convidados a falar de sua experiência profissional nas universidades evidenciando como se constituem, entre outros elementos, pela prática profissional. Cabe destacar, que buscamos dar evidência a um olhar particular e localizado das universidades públicas por meio de um perfil profissional inserido neste espaço, ressaltando como estes sujeitos reforçam ou se opõem às práticas de gestão colocadas em funcionamento nas instituições em que realizam seu trabalho.

## **2. As Relações de Poder e Sua Dispersão na Organização**

A análise acerca das relações de poder implica, nesse artigo, a aceitação da perspectiva foucaultiana de poder. Para ele, o foco deve recair “... lá onde ele [o poder] se torna capilar; captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que, ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam, ele se prolonga, penetra em instituições” (FOUCAULT, 1979, p. 182). Essa perspectiva permite visualizar a extensão do poder, que se distribui no corpo social e que pode ser caracterizado na dimensão das organizações, como ação praticada de uns sobre os outros, evidenciando mecanismos que visam o controle e a dominação nesses espaços localizados.

Nesse sentido, as relações de poder, na perspectiva de Foucault, configuram “um conjunto de ações que têm por objetivo outras ações possíveis, operam sobre um campo de possibilidades: induzem, separam, facilitam, dificultam, estendem, limitam, impedem” (CASTRO, 2009, p. 327). Deve-se ter claro, contudo, que o funcionamento de mecanismos de poder pressupõe relacionamentos, os quais podem variar da dependência à possibilidade de escolha num espectro de possibilidades ao alcance do sujeito. Dentre as possibilidades de análise das relações de poder, para Foucault, uma das principais vias coloca como central a questão a respeito de *como* se dá o poder, ou seja, o que permite que em determinadas condições econômicas, políticas e sociais, para citar as mais amplas, o poder possa funcionar, se estender e atuar na constituição dos sujeitos e de suas práticas.

Nesse sentido, considera-se a transitoriedade do poder, como governo sobre a conduta que se estende aos sujeitos, na medida em que este governo reside em um espaço de possibilidades que, em última medida, pode ser negado e superado. O modo de inserção do sujeito nesses espaços de escolhas e de liberdade é o que constitui a ética do sujeito (CASTRO, 2009; FOUCAULT, 1979). Pode-se afirmar, assim, que a singularidade na ação do sujeito é resultante das práticas que o permitem se constituir. Não há nele uma e única verdade, como enuncia Foucault em uma entrevista concedida no ano de 1984: “sim, pois o que é a ética senão a prática da liberdade, a prática refletida da liberdade?” (FOUCAULT, 2004, p.267). O indivíduo, nesse espaço de liberdade, traduz por meio de suas práticas, enquanto práticas refletidas de liberdade, a concepção ética que carrega, e assim (re) constrói e (re) configura sua experiência subjetiva ante as disposições sociais que vivencia e que o afetam.

A configuração dos dispositivos de controle, instrumentalizando o poder no espaço das instituições, recebe especial ênfase na obra de Foucault. Como parte da sociedade disciplinar são criados dispositivos que traduzem formulações estratégicas para ordenar e controlar o corpo social. O funcionamento das instituições na sociedade disciplinar, dessa forma, pode ser analisado como “‘dispositivo’ articulador das relações entre produção de

saberes e modos de exercício de poder” (MUCHAIL, 2004, p.60). A função estratégica do dispositivo, enquanto institucionalização de práticas, normas e medidas administrativas, é importante elemento para a proposta desta pesquisa, retomada na seção de análise como uma representação desses mecanismos de poder em instituições universitárias. O funcionamento destes dispositivos, como será visto, apresenta modulações constantes, principalmente entre sujeitos que compartilham um mesmo saber profissional e instituições que, *em princípio*, são orientadas a finalidades congêneres.

A produção de saberes e o poder presente na ação, especificamente, merecem destaque nessa abordagem acerca das relações que se ensaiam entre os sujeitos e a universidade pública. Para Foucault (2010a) a produção de saberes deve ter em vista a disposição dos mecanismos de poder e como estes influem na produção desses saberes como verdades. A verdade, como tal, compreende-se a partir da análise de como o saber é produzido em um espaço social específico e historicamente localizado, ao qual cabem efeitos de poder que aproximam os sujeitos, tendo como referência o contexto em que é enunciado. O posicionamento contrário às ‘verdades’ estabelecidas, nesse sentido, reforça as relações de poder, expressando os diferentes interesses e posicionamentos do sujeito em relação a dispositivos sociais que vivencia, constrói e transforma.

Ainda, a vigilância sobre o sujeito nem sempre é perceptível e diretamente exercida por meio de mecanismos de controle (CLEGG, 1998). Muitas vezes, a vigilância é ‘suavizada’ e se torna um dispositivo sutil, principalmente quando o controle é disseminado como uma prática de autovigilância (*self-surveillance*), quando os próprios indivíduos terminam – por uma razão ou por outra – desejando o controle e participando da sua elaboração (como forma de minimizar a sensação de perda da identidade, de estabilidade ontológica do sujeito, ou quando o indivíduo tem a certeza de estar sendo permanentemente controlado e, por isso, o controle se torna quase dispensável).

Exemplifica-se tal ação na dinâmica organizacional citando o aperfeiçoamento das práticas de supervisão e os controles remotamente exercidos. Nesse sentido, desenvolvem-se mecanismos que levam à diferenciação por funções no ambiente de trabalho e a inserção de dispositivos computacionais para o controle da eficiência (CLEGG, 1989; 1998; BESSI; ZIMMER; GRISCI, 2007). Em outro exemplo, apresentado por Barker (1993), destacam-se os processos de autogestão e sistemas baseados em produtividade, nos quais os sujeitos estão mesmo ‘encarcerados’ por um mecanismo de poder reforçado por eles próprios, que os constituem e por meio do qual buscam melhores ganhos e resultados, sustentando o dispositivo com pouca intervenção direta, pontual e disciplinar. A naturalidade dos mecanismos de controle, em muitos momentos, parece encobrir a dinâmica de poder envolta ao controle social normativo, por meio do qual a participação na dinâmica organizacional, por si mesma, seria uma condição suficiente para supor a inexistência de relações de poder, o que muitas vezes é potencializado pela conformação dos indivíduos a políticas impostas e necessárias a continuidade das organizações.

O conceito de poder, na teoria das organizações, vem sendo um tema recorrente na análise das relações sociais no espaço de trabalho (CLEGG, 1989; BURRELL, 2010). Tal dimensão se estende à perspectiva institucional como característica vinculada aos três pilares das instituições (SCOTT, 2008) nas dimensões regulativa, normativa e cultural-cognitiva. Neles, o movimento de poder que se estabelece vincula-se a espaços organizacionais singulares, legitimados pela configuração social, ao se estabelecer que “cada um dos três pilares fornece uma base para legitimidade, embora de formas diferenciadas” (SCOTT, 2008, p.59). A circulação do poder, nestes espaços, configura a relação direta entre os interesses individuais e a concretização do objetivo organizacional, sobretudo, considerando o alinhamento de forças para o trabalho e, conseqüentemente, para a concretização do resultado organizacional. Ainda, nesse sentido, Peci e Vieira (2009) afirmam que ao inserir a dimensão do poder na perspectiva institucional, é possível avançar na compreensão do porque determinadas práticas se institucionalizam, e não outras, tomando como referência a análise histórica como fator explicativo para este processo, o que é possível visualizar por meio de discursos como representação de diferentes formas de poder.

Os aspectos apresentados até aqui, fundamentalmente sobre o funcionamento dos dispositivos inerentes às relações de poder, permitem visualizar o poder como característica presente na dinâmica social. Os dispositivos de controle atuam como instrumentos que tendem a normalização (FOUCAULT, 2009a) do comportamento subjetivo a condições determinadas pela ordem social estabelecida. Contudo, a liberdade, como face complementar ao poder, permite visualizar este último não apenas como finalização do sujeito, mas também enquanto poder que produz e que resulta em ações esperadas por disposições sociais que a requerem.

Assim, faz-se importante caracterizar, mesmo que brevemente, a dimensão dos espaços institucionais que servirão de base para análise das relações de poder neste artigo, destacando as características do campo e configuração estabelecida empiricamente a qual discutiremos mais a frente.

### **3. A Administração Pública e os Desafios do Ensino Superior**

Segundo Pereira (1997) a administração pública, nas muitas dimensões institucionais que gerencia, desenvolve uma excessiva carga burocrática, resultado da rigidez na gestão de recursos e processos que não são necessários em muitos espaços. Nesse sentido, surgem diversas propostas de reforma do aparelho do Estado, por meio das quais a especificidade dos setores deve receber maior atenção e as estratégias de gestão devem ser pensadas para cada realidade institucional. Compreendendo este cenário como processual e difuso entre as diferentes instituições do Estado, e particularmente na universidade pública, se deflagram muitos debates acerca da aplicação dos recursos e em relação aos modelos de gestão em funcionamento. Desse modo, conforme sugere Marcovitch (1998, p. 175):

Quando se fala em gestão universitária é preciso, em primeiro lugar, distinguir claramente o que é administração e o que burocracia. Existe na universidade, e na administração pública em geral, a tendência de confundir procedimentos gerenciais e procedimentos autoritários, burocratizantes, inibidores da vontade de atender a anseios justos. Essa distinção, não sendo percebida, transforma a administração em apenas um fim em si mesma. A gestão, na verdade, é o meio para viabilizar objetivos. Quando uma organização quer alcançar resultados ousados, é preciso planejar, definir os fins a serem atingidos, distribuir responsabilidades, executar o que foi projetado e, finalmente, avaliar, comparando o que foi planejado com os resultados obtidos.

Em muitos desses debates sobre a gestão das universidades públicas brasileiras, são claras as posições quanto à amplitude dos desafios, referentes tanto à resposta institucional para a sociedade, tendo em conta os investimentos públicos aferidos à universidade, quanto às condições estruturais e de recursos oportunizadas, ou não, aos profissionais que atuam nessas instituições. A problemática inerente ao tema pode ser explorada desde dimensões locais, contemplando diferenciações regionais e entre instituições, até a comparação da educação superior no Brasil em relação a outros países, tomando como referência, por exemplo, os níveis de investimento realizados na educação superior pelo Estado (PRADO, 2011; SCHWARTZMAN; BALBACHEVSKY, 1997).

A dimensão a que fazemos referência neste artigo, contudo, deve ser visualizada como um olhar do sujeito pesquisador em relação à expectativa gerada sobre o resultado de seu trabalho e as condições oportunizadas pelas universidades para suporte ao desempenho dessas demandas, portanto, localmente dimensionada e refletindo a perspectiva de profissionais de um campo científico específico. Destaca-se que mesmo localmente, a expressão destes profissionais é muito significativa, tendo em vista a expressão da biologia no campo científico, as políticas de financiamento e de organização do ensino que, em última instância, cobrem todo o corpo científico das universidades brasileiras. Ao dimensionar a pesquisa nesse espaço específico, tem-se a oportunidade de visualizar o funcionamento das relações de poder inerentes ao confrontar dos sujeitos com o espaço institucional e as práticas regulamentares e administrativas que atuam em sua constituição.

Alguns elementos são ressaltados nas reflexões sobre o tema, principalmente no que se refere à estrutura burocrática das universidades, quanto ao financiamento do ensino e da pesquisa e à gestão dos espaços públicos concernentes à universidade. Chambouleyron (2001, p.24) estabelece o seguinte questionamento: “a pergunta que, como cientista e cidadão responsável, não posso deixar de fazer é: qual o papel (e o futuro) da ciência num país com a estrutura e a problemática social do Brasil?”, ou seja, indaga-se sobre como o investimento público pode se reverter em benefícios sociais de longo alcance. Outra questão importante ressaltada é “como melhorar o uso dos fundos públicos alocados à educação?” (TAVARES; CHAMBOULEYRON, 2001, p. 47). A postura frente a tais questionamentos é reforçada por muitas outras, que discutem como a distribuição de recursos deveria se efetivar, quais os tipos de pesquisas importantes para o desenvolvimento do país e, ainda, como e com que qualidade os novos profissionais estão sendo formados mediante a estrutura de que dispõe a universidade pública.

A profissionalização de professores universitários, de acordo com Tardif (2008), constitui saberes que particularizam segmentos profissionais e individualizam uma classe de sujeitos em relação às demais classes profissionais. Nessa perspectiva, ao buscar compreender a constituição do profissional na realidade social que o cerca, diferentes mecanismos atuam e estabelecem níveis de “hierarquia” (inerentes às relações de poder destacadas acima) entre docentes e pesquisadores, por exemplo, revelando a dicotomia que surge entre os profissionais que assumem estas interfaces de trabalho.

De acordo com Gretton e Posnett (1983), em estudo realizado na Inglaterra em meados da década de 1980, os sistemas de remuneração deveriam corresponder efetivamente às funções desenvolvidas pelos profissionais na universidade. A relação entre ensino e pesquisa, na universidade brasileira, reflete este cenário mediante a insatisfação revelada pelos profissionais quanto aos sistemas de avaliação de desempenho, geralmente o associando a uma forte pressão sobre o docente, no sentido em que se espera dos profissionais vinculados à

pesquisa, por exemplo, um esforço adicional para tomar parte de um programa de pós-graduação ou concorrer em editais de fomento à pesquisa sem equivalente retribuição.

Destaca-se, nesse sentido, a natureza mutável e dinâmica que se espera das instituições de ensino superior públicas, considerando que estes espaços são, quando não os únicos, os principais espaços de geração de conhecimento científico para o país. Como afirma Neves (2007) o desenvolvimento do país tem na educação um fator de importância estratégica central.

Nota-se que a qualidade na gestão pública da universidade é importante para o desenvolvimento de muitas outras áreas vinculadas ao ensino, sobretudo, quando se compreende que a formação qualitativa da população desencadeia uma dinâmica de fortalecimento da sociedade. No entanto, a percepção do Estado enquanto gestor das instituições de ensino superior públicas, no Brasil, revela um sistema falho na concepção de políticas públicas de longo prazo para a educação, que assegure o desenvolvimento das instituições enquanto espaços de formação contínua e que oportunizem o ingresso de mais alunos e sua formação com qualidade.

Para Neves, Razer e Fachinetto (2007) e Chambouleyron (2001), mesmo tendo em vista os recentes esforços que desencadearam programas sociais e investimentos na área da educação, a gestão dos recursos públicos ainda é problemática quanto ao controle e à adequada alocação destas fontes entre as áreas do conhecimento. Como pontua Balbachevsky (2007, p.160) “qualquer análise das condições de trabalho dos professores deste sistema deve levar em consideração a heterogeneidade das condições institucionais de sua inserção profissional”. Dessa forma, generalizações interinstitucionais são problemáticas e devem ser cuidadosamente conduzidas, tendo em vista a diversidade no nível de institucionalização entre as universidades brasileiras. Schwartzman e Balbachevsky (1997) afirmam que a diversidade institucional retrata os desequilíbrios inerentes a profissão acadêmica. Os autores afirmam ainda que

A estas diferenças regionais e institucionais correspondem profundas diferenças nas condições de trabalho e na qualificação dos professores. Por um lado, professores em tempo integral, bem qualificados, com possibilidades de aperfeiçoamento acadêmico, e carga didática relativamente leve; por outro, professores com pouca qualificação e sem apoio institucional para se desenvolver, em tempo parcial e com grande carga didática (SCHWARTZMAN; BALBACHEVSKY, 1997, p.7).

A administração das universidades públicas, como se nota, deve desenvolver políticas de gestão que contemplem estratégias voltadas às especificidades regionais e pertinentes as diferentes áreas do saber. A falta de cuidado no que se refere a essa ação de organização estratégica e política deflagra os problemas apontados acima, bem com a má administração dos recursos, conseqüentemente gerando resultados científicos e sociais aquém do que se poderia esperar, mesmo em espaços altamente especializados.

Dessa forma, nos servindo do referencial apresentado, encaminhamos uma análise da relação entre profissionais docente e a estrutura institucional da universidade pública, delimitando a abordagem aos espaços e a representação profissional selecionada para esta pesquisa. Inerente às relações entre profissionais e universidades, como se poderá notar, uma diversidade de mecanismos de controle funcionam e constituem as relações de poder nestes espaços.

#### **4. Apontamentos Metodológicos**

O presente artigo caracteriza-se como predominantemente qualitativo, bem como descritivo. Assim, considera-se relevante investigar a realidade social em sua diversidade de contextos, desenvolvendo-se um esforço interpretativo, buscando caracterizar os sujeitos de forma multifacetada e holística em suas relações e conflitos no espaço social (FLICK, 2009). A pesquisa possui um corte seccional com perspectiva longitudinal, haja vista que a coleta de dados foi realizada em um determinado momento sem, para tanto, tornar menos importante a experiências e os dados resgatados do passado (VIEIRA, 2006). Neste intento, foram utilizados dados primários e secundários.

Os dados primários foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas e em profundidade, com quarenta e dois biólogos. Intencionalmente, os profissionais entrevistados compunham docentes vinculados aos programas de Pós-Graduação na Universidade Estadual de Maringá (UEM) e na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Ao todo, foram entrevistados profissionais selecionados (critério de adesão) via contato remoto (*e-mail*) entre sete programas de pós-graduação da UFPR e nos três programas de pós-graduação no departamento de biologia na UEM. Buscou-se estender ao máximo a diversidade de profissionais entrevistados, com destaque para os níveis de experiências, as diferentes áreas de atuação inerentes ao campo da biologia e, ainda, os espaços institucionais de atuação profissional. Nesse sentido, ganham evidência as formações discursivas mediante as quais um saber científico se constitui (na biologia), sobretudo, contemplando a experiência destes sujeitos e as diferentes configurações institucionais em que circulam.

Os entrevistados não foram identificados na pesquisa, sendo atribuídos códigos de identificação a cada participante. A realização das entrevistas se deu ao longo do segundo semestre do ano de 2011, em uma primeira etapa e, posteriormente, complementada nos dois primeiros meses do ano de 2012.

Desenvolveu-se uma análise em torno das formações discursivas, evidenciando o olhar assumido pelo sujeito ante ao objeto, os lugares institucionais e a dimensão espaço-temporal correspondente às instituições e as relações observadas nestes espaços (FOUCAULT, 2009b). No que se refere aos dispositivos de controle, a perspectiva adotada busca revelar elementos característicos das relações de poder vinculadas a categoria profissional do docente-pesquisador e a dimensão da universidade enquanto espaço de trabalho, evidenciando o papel da administração pública na experiência vivenciada por esses profissionais em duas universidades públicas no Estado do Paraná.

Foram utilizados também dados secundários, contemplando documentos, legislações, projetos pedagógicos, instruções normativas, publicações de conselhos, etc. Justifica-se a utilização desses dados pelo fato de serem percebidos como discursos, discursos que formam esse sujeito, discursos que constroem e modificam verdades.

### **5. O docente-pesquisador e as relações de poder como atravessamentos da atuação profissional na universidade pública**

O poder como dimensão em circulação nas instituições é o principal direcionamento tomado como foco das análises aqui propostas. Como característica desse movimento, o relato de um profissional biólogo entrevistado descreve, em uma interessante construção retrospectiva, as expectativas geradas sobre o pesquisador acadêmico ao longo dos últimos 50 anos:

Na década de 1960, a grande pergunta que se fazia era 'você faz pesquisa?' Faça. Pronto, maravilhoso, está aqui o fulano que faz pesquisa. Na década de 1970, 'você faz que pesquisa? O que você está pesquisando?' Já havia uma pequena preocupação do que você faz. Já mais tarde, na década de 1980, 'você publica? Aonde você publica?' Então em 1980 em grande parte foi essa pergunta, 'onde é que você publica? Quem está vendo isso?' Na década de 1990, já surgiu o seguinte: 'a sua pesquisa gera publicação com que impacto?' Na década de 1990 a Capes e o CNPQ já começavam a cobrar, ou seja, começavam a cobrar a qualidade da sua pesquisa, o fator de impacto, de publicar fora do país, enfim. Em 2000, 'para que serve a sua pesquisa?'[...] Estão publicando bem, em A1 e em A2, não sei o que, fator de impacto de 5 ou 10, enfim, mas para que serve? Vai sair um medicamento? Vai sair um produto? Uma vacina? Essa é uma pergunta. E hoje, efetivamente, vem à grande pergunta, 'qual o impacto social da sua pesquisa?' (P42, nosso destaque).

Os elementos destacados no discurso do biólogo são significativos, tendo destaque à importância atribuída à pesquisa e os deslocamentos que foram se interpondo à atuação do pesquisador. Se em um primeiro momento a pesquisa fora admitida como escolha, os elementos de diferenciação foram desenvolvidos de tal maneira que já não se questiona sobre a prática de pesquisa em si, mas em que nível a pesquisa é realizada; quem tem acesso a seus resultados; qual a repercussão dos estudos no campo científico; qual a utilidade atribuída e, mas recentemente, qual o retorno social que distribui. O profissional vivencia na universidade esses deslocamentos, sobretudo, como características que gradativamente vão sendo apresentadas aos sujeitos e se tornam efetivas mediante dispositivos que possam garantir seu funcionamento, como os mecanismos de avaliação de impacto e de classificação dos pesquisadores, como destacado pelo entrevistado.

Se por um lado as mudanças podem ser vistas como evolução e amadurecimento do campo científico, em outra perspectiva nota-se o funcionamento de relações de poder no que incitam e direcionam os esforços de pesquisadores. A possibilidade de aderir ou não às mudanças tem em si, como impacto sobre o sujeito, o acesso a determinados canais de financiamento e o impacto do trabalho no campo científico.

Contudo, para muitos dentre os profissionais entrevistados, a percepção de liberdade para exercer as atividades profissionais representa uma condição de extremo valor na universidade. Como exemplo disso, destaca-se o que foi enunciado por uma entrevistada: "Eu faço a pesquisa que eu bem entendo. Eu tenho a liberdade de desenvolver o meu assunto e ninguém vai dizer nada para mim, só se eu começar a fazer coisas erradas, começar a massacrar alunos [...]" (P1). Em outro depoimento, contudo, a liberdade destacada pela entrevistada (P3) é minimizada por algumas interposições importantes:

Claro que às vezes a gente reclama que a estrutura podia ser melhor, podia ter equipamentos melhores, mas apesar disso você tem um local onde você tem um espaço, uma liberdade para poder trabalhar e investigar através das pesquisas. Então, acho que apesar das limitações que a gente tem, [...] a gente observa como um problema de um país, não da área, o país tem problemas com financiamento (P2).

Nesse último depoimento evidencia-se que a liberdade é analisada de forma positiva, no entanto, as possibilidades de desenvolvimento profissional são limitadas principalmente por condições estruturais, que são

destacadas pelos sujeitos como algo inerente ao financiamento público das instituições. Nesse sentido, a busca por recursos e melhores condições materiais e de estrutura pelos sujeitos são relatadas como uma iniciativa a ser desenvolvida pelo biólogo que queira avançar no campo profissional.

Nós, dentro da universidade, além de termos toda a parte de ensino e pesquisa, por exemplo, além de ter toda essa parte de ensino e pesquisa, não ser só pesquisa, a gente tem uma deficiência de profissionais-técnicos muito grande dentro da universidade, isso faz com que a gente tenha que fazer ainda, tenha que exercer ainda, atividades de técnico, tanto técnicos administrativos como técnicos de laboratório. Isso nos deixa muito sobrecarregados (P6).

O acúmulo de funções e a carga excessiva de trabalho, principalmente no que se refere a atividades contínuas, são traços que incomodam os biólogos entrevistados, em relação à administração pública. Ressaltam que a administração dos recursos públicos deveria ser aprimorada, uma vez que os encargos gerados pela ineficiência se traduzem em ainda mais despesas futuras para as instituições. Nesse sentido, por exemplo, os docentes fazem referência ao apoio de técnicos de laboratório e à aquisição de materiais como indicadores de pontos críticos, que geram ainda mais custos quando a pesquisa tem de ser interrompida pela falta de materiais ou, ainda, quando os equipamentos não podem ser usados e deixam de funcionar pela ausência de pessoal preparado. E não fica nisso apenas:

Fora isso existe também aquela competição por espaço e por território que é natural em qualquer profissão, então você também tem que buscar qualidade, condições para seus alunos realizarem seus trabalhos, então é uma busca constante, é uma luta constante por recursos financeiros, por melhores condições, isso é constante, não dá para ficar esperando não (P23).

A referência à luta constante travada pelos profissionais indica a busca por melhores condições como resposta, como estratégia de ação frente às limitações e, na dimensão destacada no último relato exposto, pelo nível de competitividade que passa a vigorar em torno do financiamento e de melhores condições de trabalho. Em outro depoimento, as estratégias desencadeadas para construção de um espaço diferenciado qualitativamente é caracterizada da seguinte maneira: “Claro que a gente deve olhar por um outro prisma, em grande parte isso ocorre porque nós aqui, eu juntamente com os meus colegas daqui, nós vamos atrás de projetos de pesquisa, conseguimos dinheiro, mas isso como em qualquer instituição” (P35). Fica evidente que os profissionais desenvolvem estratégias localizadas ante a ineficiência da administração pública em atender suas demandas, ressaltando-se a naturalidade com que ocorre essa busca por melhores condições. Como enunciado por Foucault (2010a), essas respostas configuram micro poderes, que funcionam localmente do sujeito para com as restrições de poder que ele vivencia.

Compreende-se que essas pequenas relações distribuídas na universidade, entre os profissionais e as áreas do conhecimento que eles representam, são também relações “quando definimos o exercício do poder como um modo de ação sobre as ações dos outros” (FOUCAULT, 2010c, p. 289). Com relação a isso, a percepção quanto à estrutura universitária como sendo falha em implementar com o devido cuidado suas estratégias e, principalmente, em viabilizar o trabalho dos profissionais que dela fazem parte, evidencia a formação de dispositivos e práticas que reivindicam a diferenciação dos sujeitos.

A atribuição de diferenciação, sobretudo com relação à avaliação de desempenho e à retribuição ao esforço do docente e do pesquisador acadêmico, surge nos depoimentos coletados, sobretudo, a partir de uma análise da reforma do ensino em 1968 (CNE, 2002), desenvolvendo a carreira docente baseando-se na titulação como principal referencial (BALBACHEVSKY, 2007). O desenvolvimento da pós-graduação no Brasil, principalmente a partir da segunda metade da década de 1990, proporcionou o aumento no número de profissionais especializados nas universidades. No entanto, as políticas de gestão da carreira docente estão ainda vinculadas ao reconhecimento estrito da obtenção da titulação em nível de pós-graduação, requisitando-se frequentemente uma reavaliação quanto à natureza das funções desempenhadas pelos profissionais na universidade (BALBACHEVSKY, 2007; SCHWARTZMAN; BALBACHEVSKY, 1997). Os biólogos ressaltam a natureza heterogênea do corpo científico da universidade nos tempos atuais. Assim, consideram importante o desenvolvimento de mecanismos mais adequados ao reconhecimento das múltiplas atividades que desempenham nas universidades, os quais deveriam ser mais condizentes com a prática de cada profissional e com os resultados que entregam como contribuição.

Nesse sentido, ressalta um dos profissionais entrevistados o seguinte:

Em primeiro lugar, considero a universidade um espaço muito livre. Porém a universidade federal, a universidade pública, e aí valem as estaduais todas, na minha visão, não cumpre com o seu papel de acompanhar o pesquisador. A universidade, como está constituída, é um lugar muito bom para se trabalhar, para se fazer ciência, mas ela pode ser também um lugar maravilhoso para não se fazer nada. Pode ser um lugar maravilhoso para você dar aulas péssimas, para você ser um péssimo professor, para você, enfim, ser um péssimo cidadão. A universidade pública

hoje possibilita isso e eu vivenciei na minha vida de mais de 30 anos na Universidade (P40).

A necessidade de diferenciação entre os profissionais, como exposto acima, permite visualizar que nas relações sociais circulam disposições de poder, por meio do reconhecimento e da distinção pelo grau de atividade ou pela extensão de alcance pelo trabalho realizado. Nota-se aqui, recuperando um conceito enunciado no referencial, como o poder não apenas restringe e obriga, mas como nesse caso possibilita e busca caracterizar um espaço de produção diferenciada de saberes e práticas. Mesmo inerente a uma área do conhecimento específica, como a que analisamos aqui, que extensivamente pode ser vivenciada por outros profissionais nas universidades, a requisição de diferenciação e reconhecimento funciona como um elemento fundamental do poder.

Outros traços se mostram frequentes na percepção dos profissionais, principalmente no que se refere ao controle das atividades profissionais e a burocracia na universidade. Destaca criticamente uma das entrevistadas que “Eu não tinha que ser responsável por conseguir verba, achar uma forma de consertar um equipamento que estraga a toda hora porque a universidade tem uma estrutura elétrica muito ruim. Eu não tenho que ir resolver um problema burocrático” (P6). Ainda, nesse sentido, as limitações são confrontadas adotando-se posturas de colaboração no espaço de trabalho. Contudo, como destacam alguns depoentes, as limitações burocráticas restringem a extensão das atividades profissionais a um patamar que poderia ser maximizado por uma estrutura melhor constituída.

... nós tentamos fazer pesquisa com o que nós temos, ainda que nós tenhamos vários amigos da universidade, colegas de trabalho que abrem as portas para nós estarmos fazendo um trabalho. Estamos em grupos de pesquisa então nós vamos tentando fazer do modo que é possível, porque tem coisas que não temos condições de desenvolver (P5).

A colaboração é destacada como um elemento fundamental de resposta às restrições vivenciadas pelos sujeitos e configuram estratégias construídas frente às determinações burocráticas e prejudiciais ao trabalho a ser desenvolvido. É consenso entre os profissionais com alguma vivência na universidade, contudo, que as políticas de gestão das universidades precisam ser aprimoradas, sobretudo, considerando-se a necessidade de mecanismos que viabilizem maior eficiência na gestão dos recursos e rapidez nos processos de compra e atendimento da comunidade científica. Os profissionais, com frequência, destacam que mesmo após a obtenção de recursos muitos entraves dificultam a sua utilização, como destaca um dos profissionais: “todo o processo administrativo é muito burocratizado, então a gente não sente assim um apoio” (P28). Em outro relato, fica evidente a especificidade dos objetos em investigação a que os profissionais se referem muitas vezes, e que exigem uma resposta rápida por parte da universidade.

Uma das coisas é uma resposta rápida institucional para qualquer coisa, para compras, mesmo que a gente tenha um projeto, tudo é um pouco lento. Então tem coisas que você tem oportunidade de fazer, agora mesmo eu estou dentro de um projeto junto com um estudante [...] O porto de Paranaguá está fazendo a troca de bóias de demarcação do canal, essas bóias têm uma série de organismos que ficam fixados a ela e que são provenientes de todos estes navios que estão entrando e saindo, então isso é uma porta para a bio-invasão monstruosa. Então surge essa oportunidade imensa de a gente trabalhar com esse assunto, só que para conseguir financiar um projeto para esse assunto isso, às vezes, demora mais de um ano e então a gente perde a oportunidade (P28).

Nesse sentido, os biólogos destacam que as agências de fomento, principalmente o CNPQ e a Capes, desempenham um papel fundamental, proporcionando condições de acesso ao financiamento de projetos aos docentes dedicados à pesquisa científica nas universidades. Destaca-se, porém, que o acesso a estes canais de financiamento também são delimitados por mecanismos que selecionam e diferenciam os profissionais em função da produtividade científica. A sutileza dos dispositivos de poder que funcionam nesse âmbito, mesmo sob a justificativa da racionalidade em sua distribuição com base em critérios qualitativos de mérito, caracteriza outros mecanismos de diferenciação entre os profissionais. Conforme Gretton e Posnett (1983) e Neves (2007) os mecanismos de remuneração nas universidades deveriam ter como característica presente às diferenças que residem na prática do ensino e da pesquisa, cabendo à administração pública admitir que diferentes níveis de esforço sejam desenvolvidos entre os profissionais na universidade. Tal questão recebe mais atenção e ênfase por parte dos pesquisadores, sendo constantemente posta em discussão em fóruns e momentos de avaliação da carreira docente (MARCOVITCH, 1998; CHAMBOULEYRON, 2001; NEVES; RAIZER; FACHINETTO, 2007).

O olhar do profissional biólogo em relação à universidade, nos espaços estudados, em boa medida, pode ser representado pela expressão apresentada por uma bióloga entrevistada, que expressa à seguinte opinião:

Eu acho que o que tornaria melhor a relação com o trabalho [na universidade] seria ter uma estrutura, a universidade ter uma estrutura de cuidar dela própria, ou seja, administrativamente. Acho que o que falta na universidade é administração, em todos os níveis, ou seja, tinha que haver uma melhor definição de tarefas dentro

da universidade, ela tinha que dar conta de si própria, ou seja, que eu não tenha que eu pessoalmente ir resolver se uma tomada está estragada. E é o que eu faço. Não ter que ir pessoalmente resolver uma porta que está emperrada e é o que eu faço (P6).

A partir do depoimento destacado acima e em face dos destaques apresentados, nota-se que o profissional biólogo visualiza a universidade com um grande potencial a ser desenvolvido, sobretudo, considerando este espaço como fundamental à formação de saberes e para o desenvolvimento científico do país. O avanço nas discussões sobre o desenvolvimento de políticas públicas e por uma maior eficiência na gestão da estrutura e dos recursos empregados na universidade mostra-se fundamental, não apenas para a área biológica, mas extensivamente para todos os sujeitos que atuam no espaço institucional das universidades públicas brasileiras.

## 6. Considerações Finais

As considerações finais acerca da percepção dos biólogos, enquanto sujeitos que vivenciam a universidade pública paranaense como espaço de formação de saberes e práticas, evidencia a importância atribuída por esses profissionais ao aprimoramento dos mecanismos públicos de gestão das universidades, ao menos das universidades públicas paranaenses estudadas, como forma de contribuir ainda mais para a formação de novos profissionais com qualidade e para o avanço na produção científica.

As relações de poder vivenciadas pelos sujeitos, como se permitiu notar, surgem em parte das restrições ao acesso a recursos e a espaços adequados de trabalho. No entanto, cabe considerar que o funcionamento de dispositivos de controle não se dá externamente aos sujeitos, visto que eles mesmos reforçam e solicitam novos mecanismos de avaliação e diferenciação dos profissionais.

A configuração de estratégias em resposta às restrições que vivenciam no espaço público é representativa, enquanto ações desenvolvidas sobre os mecanismos restritivos e de controle que atravessam a atuação do profissional docente e pesquisador. Nesse sentido, os biólogos ressaltam que a iniciativa na busca por recursos em instituições de fomento externas a universidade, tais como Capes e CNPQ, são fundamentais hoje para proporcionar condições ao desenvolvimento de pesquisa e ensino. Em relação a estas instituições, também se observa o funcionamento de dispositivos de poder que, sob diferentes perspectivas, possibilita e diferencia os profissionais, possibilita a prática de alguns e é foco de crítica para outros que interpretam os mecanismos de valorização da pesquisa como excessivos e não tão importantes em relação à prática de ensino. A este respeito, faz-se a ponderação de que ambas as possibilidades de atuação profissional são importantes, o que torna difícil inclusive visualizar o distanciamento ou a valorização de um deles sem referência ao outro na universidade. Observe-se que, como evidenciamos aqui, a consolidação desse sujeito profissional que poderíamos chamar de pesquisador – e sua diferenciação em relação a seus pares, outros docentes ou profissionais – ocorre por mecanismos externos à universidade (as instituições de fomento), mediante dispositivos de premiação e reconhecimento do mérito científico e de modo quase que totalmente alheio à estrutura organizacional das universidades.

Por fim, ressalta-se a importância de reflexões acerca da administração do espaço público, prioritariamente da universidade pública, e das relações de poder em circulação nesses espaços institucionais. A perspectiva desenvolvida neste artigo privilegiou a percepção dos profissionais biólogos, considerando a importância da área no campo científico e, portanto, a relevância em observar e discutir o olhar destes profissionais acerca da dimensão institucional das universidades públicas paranaenses. Novos estudos podem explorar diferentes perfis de atuação científica na universidade, bem como destacar a emergência de características diferenciadas ou equivalentes às apresentadas ao longo deste trabalho.

## Referências

- BALBACHEVSKY, E. **Carreira e Contexto Institucional no Sistema de Ensino Superior Brasileiro**. Sociologias, Porto Alegre, v. 9, n.º. 17, 2007, pp. 158-188.
- BARKER, J. R. **Tightening the Iron Cage: Concertive Control in Self-Managing Teams**. Administrative Science Quarterly, v. 38, pp. 408-437, 1993.
- BESSI, V. G.; ZIMMER, M. V.; GRISCI, C. L. I. O Panóptico Digital nas Organizações: Espaço-Temporalidade e Controle no Mundo do Trabalho Contemporâneo. **Organizações e Sociedade**, v. 14, n.º. 42, jul./set., 2007, p. 83-96.
- BURRELL, G. **Ciência Normal, Paradigmas, Metáforas, Discursos e Genealogia da Análise**. In: CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R. (orgs.) *Handbook de Estudos Organizacionais*. 1.ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

- BURRELL, G. **Modernism, Postmodernism and Organizational Analysis**: The contribution of Michel Foucault. In: McKINLAY, Alan; STARKEY, Ken. (eds.). **Foucault, Management and Organization Theory**. London: Sage Publications, 1998, p. 14-28.
- CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault**: Um Percurso Pelos Seus Temas, Conceitos e Autores. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- CLEGG, S. R. **Frameworks of Power**. London: Sage Publications, 1989.
- CLEGG, S. **Foucault, Power and Organizations**. In: McKINLAY, Alan; STARKEY, Ken. (eds.). **Foucault, Management and Organization Theory**. London: Sage Publications, 1998, p. 29-48.
- CHAMBOULEYRON, I. **Ciência e Exclusão**. CHAMBOULEYRON, Ivan. (org.) Fórum de Reflexão Universitária – UNICAMP: Mais Vagas com Qualidade – O Desafio do Ensino Público no Brasil. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.
- CNE – Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Nacionais para Formação de Professores nos Diferentes Níveis de Atuação. Res. 001/2002 – CNE. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP012002.pdf>>. Acesso em: agosto de 2011.
- DiMAGGIO; P. J.; POWELL, W. W. The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organizational Fields. **American Sociological Review**, v. 48, n.º 2, 1983, pp. 147-160.
- FOUCAULT, M. **A Ética do Cuidado de Si como Prática da Liberdade**. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos V: Ética, Sexualidade e Política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FOUCAULT, M. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2005.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009a.
- FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009b.
- FOUCAULT, M. **O Poder e o Saber**. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos IV: Estratégia Poder-Saber**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a.
- FOUCAULT, M. **O Sujeito e o Poder**. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: Uma Trajetória Filosófica: Para Além do Estruturalismo e da Hermenêutica**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010c, pp. 271-295.
- GRETTON, J.; POSNETT, J. Academic salaries: How to Distinguish Payment for Teaching and Research in Universities. *Chartered Institute of Public Finance and Accountancy. Public Money*, v. 2, n.º. 4, 1983, pp. 29-34.
- MACHADO-DA-SILVA, Clóvis; FONSECA, Valéria S. da; CRUBELLATE, João M. Estrutura, Agência e Interpretação: Elementos para Uma Abordagem Recursiva do Processo de Institucionalização. **RAC – Revista de Administração Contemporânea**, 1ª. ed. Especial, v. 9, n.º. 39, 2005, pp. 9-39.
- MARCOVITCH, J. **A universidade (im) possível**. São Paulo: Futura, 2004.
- MUCHAIL, S. T. **Foucault, Simplesmente**: textos reunidos. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- NARDI, H. C. **Ética, Trabalho e Subjetividade**: Trajetórias de Vida no Contexto das Transformações do Capitalismo Contemporâneo. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.
- NEVES, C. E. B. **Apresentação**: Desafios da Educação Superior. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 9, n.º. 17, 2007, pp. 14-21.
- NEVES, C. E. B.; RAIZER, Leandro; FACHINETTO, Rochele F. **Acesso, Expansão e Equidade da Educação Superior**: Novos Desafios para a Política Educacional Brasileira. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 9, n.º. 17, 2007, pp. 124-157.
- PECI, A.; VIEIRA, M. M. F. The Discursive Formation of a Scientific Field. **Management & Organizational History**, v. 4, n.º.1, 2009, pp. 85-104.
- PEREIRA, Eduardo da S. Organizações Sociais, Instituições Federais de Ensino Superior e Autonomia Universitária. **Revista do Serviço Público**, v. 48, n.º. 1, 1997, pp. 58-79.
- PRADO, Maurício A. O Modelo Gerencial da Educação: Contribuições da Experiência da Inglaterra ao Debate Brasileiro. **Revista do Serviço Público**, v. 62, n.º. 3, 2011, pp. 261-279.
- SCOTT, W. R. **Institutions and organizations**: Ideas and Interests. 3rd. ed. London: Sage, 2008.
- SCHWARTZMAN, S. BALBACHEVSKY, E. **The Academic Profession in Brazil**. In: ALTBACH, Phillip G.

(ed). The international Academic Profession: Portraits from 14 Countries. Princeton, New York: Carnegie Foundation for the Advancement of Teaching, 1997, pp. 1-22.

TARDIF, M. **Os Professores Enquanto Sujeitos do Conhecimento**. In: TARDIF, Maurice. Saberes Docentes e Formação Profissional. 9ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, pp. 227-276.

TAVARES, H.; CHAMBOULEYRON, I. **O Desafio do Ensino Superior no Século XXI**. In: CHAMBOULEYRON, Ivan. (org.) Fórum de Reflexão Universitária – UNICAMP: Mais Vagas com Qualidade – O Desafio do Ensino Público no Brasil. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

VIEIRA, M. M. F. **Por uma Boa Pesquisa (qualitativa) em Administração**. In: VIEIRA, Marcelo M.F; In: VIEIRA, Marcelo M. F; ZOUAIN, Deborah M. (orgs.) Pesquisa Qualitativa em Administração: Teoria e Prática. Rio de Janeiro: editora FGV, 2006, pp. 13-28.